JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS / Nº 196

MAIO / 2018

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da amagis pelo whatsapp ou telegram - (31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Prioridade é política remuneratória digna

A Amagis e demais Associações de Magistrados participaram, no dia 8 de maio, na Advocacia Geral da União, em Brasília, de reunião na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, em defesa da manutenção da ajuda de custo para moradia e adoção de política remuneratória digna. **PÁGINA 3**

TJ elege direção 2018/2020

TIAGO PARRELA

Futura diretoria do TJMG tomará posse no dia 29 de junho

O Pleno do TJMG elegeu, no dia 23 de abril, a direção do Tribunal para o biênio 2018/2020. O presidente eleito, desembargador Nelson Missias de Morais (ex-presidente da Amagis), disse que irá trabalhar em parceria com os magistrados e a Associação. **PÁGINA 8**

Integramagis

Especial Mês das Mães

Dia 29 de maio, às 19h

No salão de festas da Amagis (Rua Ouro Fino, 367 - Cruzeiro - BH)

Confirmação de presença: (31) 3079-3492 ou rosangela@amagis.com.br

Com palestra do professor
Júlio Machado
Tema: "Cuidando de si mesmo e dos relacionamentos"

Momento histórico de garantir política remuneratória digna

MAURÍCIO SOARES*

Com muito esforço e determinação, chegamos até aqui pelo intenso diálogo e interlocução e, por meio dessas ferramentas, conquistaremos nossos objetivos maiores na defesa do Judiciário e valorização da Magistratura. Nas reuniões da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia Geral da União (AGU), para tratar da ajuda de custo para moradia, as Associações de Magistrados assumiram posição inequívoca e consensual de que a hora é de consagrar uma política remuneratória adequada e unificada para ativos e aposentados da Magistratura e do Ministério Público.

O não cumprimento do comando constitucional da recomposição anual dos subsídios já impôs perda de mais de 40% a toda a classe e, por essa mesma razão, seria inaceitável quaisquer propostas que visem outras reduções. Nosso valor está definido na Constituição Federal, que, em seu artigo 37, inciso X, assegura que os subsídios terão revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Seu cumprimento já daria dignidade à situação remuneratória, mas isso nunca foi respeitado.

Até então, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal têm se omitido ao não revisarem os subsídios, afetando toda a Magistratura brasileira, que tem como parâmetro o que é estabelecido na Suprema Corte. Por conta dessa omissão constitucional, os subsídios não foram contemplados, nos últimos anos, pelos índices necessários à preservação real de seus valores.

Em vez de reajustes ou aumentos, sustentamos nossas reivindicações pela garantia constitucional destinada à manutenção do valor real dos subsídios e no novo regime fiscal previsto na Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que estabeleceu a ideia de que o orçamento dos poderes deverá ser atualizado anualmente, com base no índice oficial da inflação.

Diante disso, as reuniões na Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU são a oportunidade histórica para avançarmos na política remuneratória digna para a Magistratura, que inclua a recomposição anual, além de manter conquistas já estabelecidas em leis e resoluções.

Fica claro, mais uma vez, que não brigamos por reajustes que impactem irresponsavelmente a máquina pública, mas cobramos tão somente o cumprimento da Constituição e da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), reafirmadas em resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

"O cumprimento da Constituição tão somente já daria dignidade à situação remuneratória dos magistrados"

A Magistratura mineira, assim como a nacional, como é de sua índole e compromisso permanente, respeita a Constituição e as leis. Quanto à ajuda de custo para moradia, lutaremos, da mesma forma e de acordo com as normas legais, por sua manutenção, e debatendo, alternativamente, o instrumento normativo adequado para regulamentar esse direito.

Além da manutenção dos direitos, defendemos também a implantação da Valorização do Tempo de Magistratura e de Ministério Público (VTM) como forma de prestigiar a dedicação à carreira e ao Judiciário. Como fizemos desde o início da gestão, temos hoje o compromisso e a prioridade de organizar a carreira e manter a dignidade das instituições.■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE
DECISÃO!

Amagis vai à AGU por direitos da classe **PÁG 03**

Amagis reforça propostas por compensação **PÁG 04**

TJ paga férias-prêmio com aprovação de lei **PÁG 05**

Conselho aprova contas por unanimidade **PÁG 06**

Herbert Carneiro é homenageado **PÁG 07**

Nelson Missias manterá diálogo com a Amagis **PÁG 08**

Amagis e TJ discutem reivindicações da classe **PÁG 09**

Nutris tem desafio de levar sonho adiante **PÁG 16**

Caxambu é tema da MagisCultura **PÁG 17**

Acadêmicos aprovam revista MagisCultura **PÁG 18**

+SAÚDE!

Tocantins estuda modelo da Amagis Saúde **PÁG 23**

Vacinação contra a gripe beneficia associados **PÁG 24**

JORNAL MENSAL
ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro:
Desembargador Alberto Diniz Junior
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juiz José Martinho Nunes Coelho
Vice-presidente do Interior:
Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário e de Comunicação:
Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária:
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey
TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Amagis vai à AGU por direitos da classe

Presidente participa de reunião na Câmara de Conciliação e Arbitragem

WESLEY MCALLISTER/ASCOM-AGU

Sede da AGU, em Brasília

Na construção de uma solução consensual para a manutenção da ajuda de custo para moradia da Magistratura, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 8 de maio, de reunião das Associações de Magistrados na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), realizada na sede da Advocacia-Geral da União (AGU), em Brasília.

O objetivo das Associações é definir uma política remuneratória unificada para ativos e aposentados da Magistratura e do Ministério Público, capaz de fazer frente às perdas dos vencimentos. Os dirigentes associativos sustentam que, em função do não cumprimento do comando constitucional da recomposição anual dos subsídios das carreiras, não há justificativa para que se imponha qualquer redução à remuneração das classes.

Entre os pontos discutidos nos primeiros encontros, estão a manutenção do benefício e o debate sobre o instrumento normativo adequado para regulamentar esse direito.

CONQUISTA NO STF

A Amagis e a AMB obtiveram uma importante conquista contra a ação popular nº 2.337, com pedido liminar para que se declarasse nulas as decisões de concessão de verba de equivalência e auxílio moradia, em desacordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e também a nulidade de sua inclusão na parcela denominada abate-teto adotada a partir do advento da Lei Estadual 16.114, de 18 de maio de 2006.

A Amagis, representada por seu departamento jurídico, habilitou-se como terceira interessada para defender os magistrados. O ministro Dias Toffoli, do STF, no dia 13 de abril, não conheceu a ação popular, por incompetência do STF para julgar essa ação, e determinou a sua restituição ao juízo de primeiro grau. Originariamente, a ação tramitou pela 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias antes de ir ao Supremo. ■

Amagis reforça propostas por compensação

Diretoria apresentou memorial com sugestões elaboradas pela classe

Com a retirada da pauta do Órgão Especial do TJMG, no dia 11 de abril, da proposta de resolução sobre os critérios para compensação de magistrados de primeira e segunda instância, a diretoria da Amagis trabalha para reforçar a defesa das propostas elaboradas em conjunto com a Magistratura mineira, e encaminhadas aos membros do colegiado por meio de um memorial.

No documento, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, relacionou as competências atribuídas ao cargo de juiz diretor de foro, que compreende o exercício de funções administrativas, de orientação, de fiscalização e disciplinares, e sustentou que todas essas funções configuram acúmulo de função, gerando um sobrecarga de trabalho que justifica a compensação em dias úteis.

O presidente da Amagis apontou ainda que, por esse motivo, há a previsão de indenização ou compensação para magistrados que acumulam a direção do foro em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Ele também destacou a existência em Minas Gerais de texto legal prevendo a indenização, não regulamentado, e que, por isso, entendeu ser justa que a compensação seja instituída.

GEORGIA BAÇVAROFF

Alberto Diniz durante sessão do Órgão Especial

Em função da já alta carga de trabalho assumida pelos magistrados, e considerando que, nos plantões, os juízes e desembargadores, não raro, precisam atender aos jurisdicionados, inclusive de madrugada, a Amagis observou a necessidade de que também seja contemplada a compensação pelo plantão em dias úteis, como já ocorre com membros do Ministério Público. A extensão da compensação a esses dias garante um tratamento isonômico entre magistrados e procuradores.

O desembargador Alberto Diniz, vice-presidente Financeiro da Amagis, representou o presidente Maurício Soares na sessão do dia 11. ■

Associações reagem a ato de vandalismo em manifestação

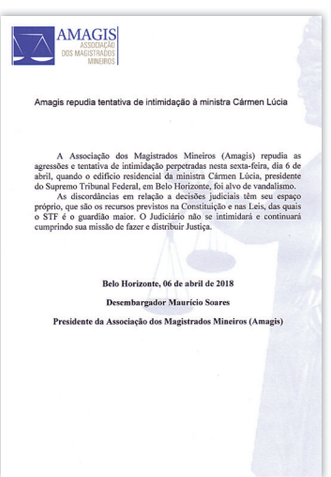
Imprensa repercutiu notas em apoio à ministra Cármen Lúcia

A reação de Associações de classe em repúdio ao ato de vandalismo contra o prédio residencial, em Belo Horizonte, onde a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, possui um apartamento, repercutiu na imprensa de todo o País.

A rádio CBN-BH destacou a nota divulgada pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, no dia 6 de abril, na qual ele repudiou a agressão e a tentativa de intimidação à ministra.

No documento, Maurício Soares afirmou que "o Judiciário não se intimidará e continuará cumprindo sua missão de fazer e distribuir Justiça", e destacou que, sobre as discordâncias com relação a decisões judiciais, são previstos recursos na Constituição e nas Leis, das quais o STF é o principal guardião.

O Jornal Nacional registrou a indignação das Associações de classe e ressaltou a nota publicada pela AMB, também no dia 6 de abril, na qual o presidente da Associação nacional, o juiz Jayme de Oliveira, solidarizou-se com a ministra e destacou que o Judiciário seguirá firme e independente no exercício de suas funções constitucionais.■



AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Amagis repudia tentativa de intimidação à ministra Cármen Lúcia

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia as agressões e tentativa de intimidação perpetradas nesta sexta-feira, dia 6 de abril, quando o edifício residencial da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, em Belo Horizonte, foi alvo de vandalismo.

As discordâncias em relação a decisões judiciais têm seu espaço próprio, que são os recursos previstos na Constituição e nas Leis, das quais o STF é o guardião maior. O Judiciário não se intimidará e continuará cumprindo sua missão de fazer e distribuir Justiça.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2018

Desembargador Maurício Soares

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)

Nota da Amagis

TJ paga férias-prêmio com aprovação de lei

Mudança na LODJ proposta pela Amagis garantiu direito à Magistratura

O TJMG pagou, no dia 9 de abril, as férias-prêmio, deste ano, aos magistrados que haviam tido o pedido de gozo do benefício indeferido. O pagamento só foi viabilizado a partir da sanção, no dia 10 de janeiro, pelo governador Fernando Pimentel da Lei Complementar nº 146/2018, alterando a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e garantindo a conversão de até dois meses de férias-prêmio em espécie.

Essa conquista da Magistratura mineira é fruto da interlocução da Amagis com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça, a fim de garantir a valorização da classe. Antes de ser sancionada, essa mudança na LODJ tramitou na casa legislativa como artigo ao Projeto de Lei 70/2017.

Em ofício enviado pelo presidente da Asssembleia, deputado Adalclever Lopes, no dia 15 de janeiro, ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o parlamentar destacou o alcance da medida, reafirmou a parceria com a Magistratura mineira e confirmou a aprovação da proposta.

Durante o trabalho de convencimento para que a proposta fosse aprovada, Maurício Soares defendeu a necessidade de se garantir o mesmo tratamento entre os magistrados e os membros do Ministério Público, que já gozavam do direito, e argumentou que as férias são indenizadas de acordo com a disponibilidade do TJMG.

O presidente da Amagis argumentou ainda que o indeferimento do gozo do saldo das férias-prêmio não impediria que, no futuro, os interessados pleiteassem o gozo de parcela do seu saldo. Esse foi um dos pontos destacados pelo deputado Adalclever Lopes no ofício enviado à Associação, observando a necessidade de se evitar aposentadorias em massa. ■

Ofertas válidas para veículos 0Km até 30/04/2018, clientes pessoa física. Pagamos R$2.000,00 a mais no seu usado sendo o modelo fabricado no Brasil, a partir de 2014, em bom estado de conservação, sem sinistros ou avarias, motorização 1.0, completos, quilometragem máxima de 40.000 com todas as revisões programadas pelo fabricante e executadas por concessionárias autorizadas. Taxa 0% válida para Novo Move up! MPI (MY 18/18), sendo 60% de entrada e restante em 18x, Gol Trendline 1.0 (MY 18/18), sendo 80% de entrada e restante em 12x, Gol Track 1.0 (MY 18/18), sendo 80% de entrada e restante em 12x, Voyage Comfortline 1.6 (MY 18/18), sendo 60% de entrada e restante em 30x, Fox Connect 1.6 (MY 17/18), sendo 90% de entrada e restante em 12x, Fox Xtreme 1.6 (MY 17/18), sendo 90% de entrada e restante em 12x, Jetta Highline 2.0 (Ed.1) - (MY 17/17), sendo 60% de entrada e restante em 18x, Golf Comfortline 1.0 (Ed.2) - (MY 17/17), sendo 60% de entrada e restante em 18x e Amarok Highline 2.0: MY18/18 (código:S7BC3A), Amarok Highline 2.0: MY17 (código:S7BC3A exceto S7BC3A com pacote Z9A) e Amarok Highline 2.0 e Extreme: MY17/18 (código: S7BC3A e S7BC3A com pacote Z9A), sendo 60% de entrada e restante em 24x. Bônus de R$12.000,00 válido para Golf GTI e Highline, códigos BZ19TY e BC14NY. Confira condições no site para 1º ano de parcelas a R$99,00. Ação válida apenas para veículos em estoque, não contempla vendas coorporativas e faturamentos direto da montadora.

Conselho aprova contas por unanimidade

Nexia Auditores auditou balanços da Amagis e Amagis Saúde

O Conselho Deliberativo da Amagis aprovou, no dia 27 de abril, as contas de 2017 da Amagis e da Amagis Saúde, que foram auditadas pela empresa Nexia Auditores Independentes.

O juiz Carlos Donizetti, presidente do Conselho Deliberativo, destacou que a analise das contas não apontaram a necessidade de nenhuma ressalva. O magistrado elogiou ainda o trabalho da diretoria que, na avaliação dele, caracteriza-se pela lisura e transparência com a qual a administração zela pelo patrimônio da Associação e pelo trabalho em prol da classe.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, aproveitou o encontro com os conselheiros para informar sobre o trabalho desenvolvido em defesa dos interesses da Magistratura, feita em nível nacional e de maneira articulada com presidentes de Associações de magistrados de todo o País.

Participaram da reunião, a juíza Cláudia Coimbra Alves e os juízes Carlos Donizetti, Vinicius Dias Paes Ristori, Thiago Colnago Cabral e James Ferreira Santos. ■

ARQUIVO AMAGIS

Sede da Amagis, em Belo Horizonte

Herbert Carneiro é homenageado

Sala da Amagis recebeu nome do ex-presidente da Associação e do TJMG

IZABELA MACHADO

Maurício Soares e direção do TJMG com familiares de Herbert Carneiro

Em reconhecimento a sua dedicação ao Judiciário e à Magistratura, em especial a mineira, a diretoria da Amagis inaugurou, no dia 19 de abril, a sala da Associação na Unidade Raja Gabáglia com o nome do ex-presidente da Associação e do Tribunal, Herbert Carneiro, falecido no dia 6 do mesmo mês.

Em sua manifestação, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reafirmou a justeza da homenagem pelo que representou o desembargador Herbert Carneiro para os magistrados e o Judiciário Mineiro.

"Esta sala de congraçamento é visitada diariamente pelos juízes, e é também diariamente que nós nos lembramos de Herbert Carneiro, não apenas pelas conquistas que obtivemos durante sua gestão, mas por ele ter sido uma pessoa dinâmica e de fácil diálogo", afirmou Maurício Soares.

Herbert Carneiro presidiu a Amagis durante o triênio 2013/2015, e foi eleito presidente do TJMG em 2016. Em sua última entrevista ao jornal DECISÃO, publicada na edição de dezembro de 2015, quando deixava a Associação, ele reconheceu que a principal realização de sua gestão foi a integração da classe.

"A unidade sempre foi um traço mineiro, que norteou a fundação da Amagis, primeiro em Juiz de Fora e, depois, em Belo Horizonte. Nossa atuação sempre foi pautada pela necessidade da integração dos juízes para uma luta que é permanente", afirmou Herbert Carneiro na entrevista ao DECISÃO.

Ao final da homenagem, Denise Pires Silva Carneiro, viúva do desembargador Herbert Carneiro, agradeceu à Amagis pelo gesto e afirmou que três palavras acompanharam o presidente e sua família em todos os momentos: gratidão, amor e fé.

"Gratidão a Deus, aos meus filhos, familiares e aos amigos. Amor, afinal de contas, foram 35 anos de relacionamento regados a muitos desafios. E fé, porque, sem ela, eu não estaria aqui hoje. Tenho certeza que, de onde ele estiver, está muito tranquilo porque, no momento de sua morte, ele me disse: 'você vai ficar bem'. E agora eu estou me sentindo muito bem e em casa", afirmou d. Denise.

Diversas autoridades manifestaram pesar pelo falecimento do desembargador Herbert Carneiro, entre eles a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, que, por meio de nota, prestou sua solidariedade aos familiares do magistrado.

O governador Fernando Pimentel também lamentou a morte de Herbert Carneiro. "Minas Gerais e a Justiça mineira perdem um homem brilhante, que, ao longo da sua carreira, deu enorme contribuição para a nossa Justiça e sempre nos ajudou a pensar as mudanças extremamente necessárias que precisamos fazer na segurança pública do País", afirmou. ■

TRAJETÓRIA

Natural de Conceição do Mato Dentro, o desembargador Herbert Carneiro já trilhava seu desafio na Justiça antes mesmo de se formar, em 1985, na Faculdade de Direito da PUC Minas.

Em 1980, ele ingressou no TJMG na função de atendente judiciário. De 1985 a 1989, advogou em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. Em 1992, ingressou na Magistratura e atuou nas Comarcas de Almenara e Caratinga.

Foi promovido para a Comarca de Belo Horizonte em 1998, onde, até 2002, exerceu a função de juiz-diretor do Juizado Especial Criminal. Em 2009, tomou posse como desembargador do TJMG, na 4ª Câmara Criminal. Em 2012, foi eleito para a Presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (CNPCP), do Ministério da Justiça.

Formalmente, sua trajetória no associativismo mineiro teve início em 2007, quando assumiu a Diretoria de Comunicação da Amagis (2007 a 2009), foi vice-presidente Administrativo (2009 a 2012), sendo eleito presidente da Associação no dia 6 de dezembro de 2012 para o triênio 2013/2015. Em 2016, Herbert Carneiro foi eleito presidente do TJMG falecendo três meses antes de concluir seu mandato.

Nelson Missias manterá diálogo com a Amagis

Desembargador foi eleito presidente do TJMG e tomará posse em junho

TIAGO PARRELA

Maurício Soares e Nelson Missias

"Quero trabalhar lado a lado com a Amagis e com os representantes legítimos dos servidores". Afirmou o desembargador Nelson Missias de Morais, ex-presidente da Amagis e presidente eleito do TJMG para o biênio 2018/2020, logo após a votação realizada no dia 23 de abril, que definiu o futuro corpo diretivo do Tribunal mineiro. A posse será realizada no dia 29 de junho.

Nelson Missias adiantou que pretende gerir o tribunal de forma compartilhada, ouvindo os magistrados e servidores, com o objetivo de melhor a estrutura do primeiro e do segundo graus de jurisdição, a fim de que a sociedade possa ter uma Justiça mais célere e cidadã.

O futuro presidente do Tribunal ressaltou a importância do diálogo com os poderes Executivo e Legislativo. "Não temos como caminhar se não fizermos uma boa interlocução, e ela será feita de forma republicana, sem subserviência, cada um respeitando o espaço do outro", afirmou.

Além de Nelson Missias, foram eleitos os desembargadores Afrânio Vilela para a 1ª Vice-Presidência; Áurea Brasil para a 2ª Vice; Mariângela Meyer, 3ª Vice; Saldanha da Fonseca para a Corregedoria-Geral de Justiça e Corrêa Camargo para a Vice-Corregedoria. Veja ao lado os eleitos para o Órgão Especial e Conselho da Magistratura. ■

"Quero trabalhar lado a lado com a Amagis"

Nelson Missias
presidente

"A Associação é a mão política da administração do Poder Judiciário"

Afrânio Vilela
1º vice-presidente

"A Escola Judicial é o coração do Tribunal, já que por lá passam todos os juízes"

Áurea Brasil
2ª vice-presidente

"Meu objetivo é fazer um trabalho conjunto com os Juizados Especiais"

Mariângela Meyer
3ª vice-presidente

"Pretendo trabalhar para congregar os magistrados de 1º e 2º graus"

José Geraldo Saldanha da Fonseca
Corregedor-geral de Justiça

"A Amagis sempre é parceira do Tribunal de Justiça"

Corrêa Camargo
Vice-corregedor-geral de Justiça

DIRETORIA ELEITA DO TJMG

- **PRESIDENTE**
  Des. Nelson Missias de Morais
- **PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**
  Des. Afrânio Vilela
- **SEGUNDA VICE-PRESIDENTE**
  Desa. Áurea Brasil
- **TERCEIRA VICE-PRESIDENTE**
  Desa. Mariângela Meyer
- **CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**
  Des. Saldanha da Fonseca
- **VICE-CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**
  Des. Corrêa Camargo
- **ÓRGÃO ESPECIAL**
  Des. Gilson Soares Lemes
  Des. Amorim Siqueira
  Des. Edison Feital Leite
  Des. Wanderley Paiva
  Des. Renato Dresch
  Des. Alexandre Santiago
- **ÓRGÃO ESPECIAL, 5º CONSTITUCIONAL (ADVOGADO)**
  Des. Moacyr Lobato
- **CONSELHO DA MAGISTRATURA**
  Des. Estevão Lucchesi
  Des. Wilson Benevides
  Desa. Mônica Libânio
- **CONSELHO DA MAGISTRATURA, 5º CONSTITUCIONAL (ADVOGADO)**
  Des. Otávio Portes

Amagis e TJ discutem reivindicações da classe

Diretoria faz visita de cortesia ao novo presidente do Tribunal

Acompanhado de diretores da Amagis, o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, reuniu-se, no dia 17 de abril, com o presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, para discutir direitos e reivindicações da Magistratura mineira.

O encontrou aconteceu cinco dias depois da sessão do Pleno do Tribunal, na qual o magistrado foi eleito para assumir a Presidência do TJ, em complementação do biênio 2016/2018. A votação foi realizada em razão do falecimento, no dia 6 de abril, do então presidente do TJ, desembargador Herbert Carneiro.

No dia 18 do mesmo mês, o Pleno do Tribunal elegeu o desembargador Antônio Carlos Cruvinel para a 1ª vice-presidente do Tribunal, em substituição ao desembargador Geraldo Augusto.

TIAGO PARRELA

Diretoria da Amagis reunida com o presidente do TJMG

No mesmo dia, os membros da Corte Eleitoral do TRE-MG elegeram o desembargador Pedro Bernardes para a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, e o desembargador Rogério Medeiros como corregedor e vice-presidente da instituição.

Participaram da visita ao presidente do TJMG, a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixôto, o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho, o vice-presidente de Interior, juiz Antônio Carlos Parreira, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Ricardo Torres Oliveira, e o diretor-secretário e de Comunicação, juiz Christyano Generoso.■

Amagis participa de seminários

Diretoria avalia temas voltados para o aperfeiçoamento da Justiça

Atenta aos debates referentes à Justiça, a diretoria da Amagis tem participado de seminários e palestras sobre temas que, direta ou indiretamente, podem trazer implicações para a atividade judicante, a fim de avaliar a necessidade de atividades voltadas para o aperfeiçoamento do Judiciário.

Exemplo dessa iniciativa foi a participação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, no "2º Fórum de Brasileiro de Direito Eleitoral", realizado pela Editora Fórum, em Belo Horizonte, nos dias 19 e 20 de abril.

Entre os conferencistas, estava o ministro Luiz Fux, presidente do TSE e ministro do STF, que falou sobre os novos paradigmas do Direito Eleitoral. Na ocasião, Fux recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello, entregue pelo desembargador Edgard Penna Amorim, presidente do TRE-MG, que foi um dos palestrantes do evento e abordou as vicissitudes das reformas políticos-eleitorais. O desembargador Rogério Medeiros também participou dos debates e falou sobre a justiça eleitoral e a vulnerabilidade do eleitor.

Luiz Fux e Maurício Soares

Ainda em abril, no dia 12, o presidente Maurício Soares e as juízas Cristiana Gualberto e Luzia Peixôto, respectivamente, vice-presidente Administrativa e de Saúde da Amagis, participaram do seminário "Soluções adequadas de conflitos e proteção às vítimas Conciliação-Mediação-Justiça Restaurativa", promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, na Unidade Raja do TJMG.

A conferência de abertura foi proferida pelo ministro João Otávio Noronha, corregedor nacional de Justiça e ministro do STJ, que propôs aos presentes uma reflexão sobre uma visão contemporânea da Magistratura brasileira.■

Você Sabia?

Com o novo Código de Processo Civil os leilões podem ser realizados preferencialmente eletrônicos.

Considerando a incumbência do Leiloeiro Público de publicar o edital, na qualidade de auxiliar do juízo; assumimos o encargo de confeccionar e publicar o edital, eximindo a secretaria deste ônus.

Levantamos eventuais ônus, através de matricula atualizada e intimamos os credores (hipotecários, coproprietários, usufrutuários, locatários e outros).

Conferimos as intimações e tomamos providencias que eliminam a possibilidade de cancelamento.

Divulgação: a mais ampla e irrestrita. Buscamos efetivamente o público alvo (compradores para determinado bem, consumidor final) através de técnicas modernas como redes sociais, google adwords e remarketing.

Resultado médio de 90% para bens imóveis e 70% para bens móveis

O leilão é positivo, ou as partes fazem acordo, ou o executado faz o pagamento da dívida.

fernandoleiloeiro.com.br

jonasleiloeiro.com.br

lucasleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

GRUPO CRÉDITO

Administrador judicial mediante nomeção em várias comarcas. Recentemente:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

MuzambinhoMG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Newton Teixeira Carvalho

PEDRO VILELA/DOMTOTAL

Com a dinâmica dos meios de comunicação, especialmente a internet, têm se tornado cada vez mais comuns ações fundamentadas no Direito ao Esquecimento. Trata-se de um conceito novo, como observou o desembargador Newton Teixeira de Carvalho, da 13ª Câmara Cível do TJMG, que envolve questões sobre interesse privado e público, podendo ter consequências para a memória coletiva de um País.

"Antes de tudo, penso que o preferível é não haver censura. Tomado esse princípio como referência, entendo que todo excesso em relação à publicidade de um fato deve ser observado no processo"

"É importante termos claro que é a partir do conhecimento dos fatos que nós construímos nossa história e podemos evitar que sejam cometidos os mesmos erros do passado"

Qual a origem do conceito de Direito ao Esquecimento? Como ele é aplicado?

O conceito de Direito ao Esquecimento surgiu na Espanha e vem sendo fundamentado a partir do princípio da tutela da dignidade da pessoa humana. Sua aplicação é feita na consideração de princípios constitucionais. Na análise de um caso concreto, é preciso observar, por exemplo, a tutela da privacidade, proteção da individualidade, a não exposição da pessoa ao público em fato que já tenha acontecido ou se tornado vencido. Por outro lado, há, entre outros preceitos jurídicos, a liberdade de expressão, de imprensa e o direito à informação. É em razão dessa ponderação de princípios que o Direito ao Esquecimento vem sendo questionado nesse momento.

Por que esse tema passou a receber tanta atenção do Judiciário?

Por um lado, por se tratar de um conceito muito novo, a partir do qual busca-se fundamentar a necessidade de apagar fatos pretéritos da vida de uma pessoa, e que ainda carece de uma construção teórica. Por outro, pela dinâmica dos meios de comunicação como a internet, na qual as informações ficam armazenadas e são facilmente consultadas por qualquer internauta. Assim, as pessoas, além de pleitear o dano moral, alegam que fatos ocorridos no passado não carecem mais de publicidade, requerem o Direito ao Esquecimento.

A partir de quais preceitos tem sido feita a construção teórica sobre o Direito ao Esquecimento?

Essa construção parte da relação entre o que pode ser considerado de interesse público ou de interesse particular, privado. Mesmo que pouquíssimas, já há algumas doutrinas que nos permitem discutir o Direito ao Esquecimento. Entretanto, é importante observar os questionamentos contrários a esse direito que levantam questões como a preservação da história de um País ou até mesmo de uma comunidade específica. Não é uma tarefa simples para o Judiciário dosar essa questão. Portanto, devemos nos perguntar: tendo um fato chegado ao conhecimento de todos, por qual motivo deveríamos apagar esse passado, correndo o risco de omitir parte da história de um País ou de uma comunidade?

Quais seriam os critérios para impedir que a memória coletiva seja afetada?

Antes de tudo, penso que o preferível é não haver censura. Tomado esse princípio como referência, entendo que todo excesso em relação à publicidade de um fato deve ser observado no processo, garantindo o direito de defesa às partes sem que seja estabelecido de antemão o que pode ou não ser discutido. É importante termos claro que é a partir do conhecimento dos fatos que nós construímos nossa história e podemos evitar que sejam cometidos os mesmos erros do passado.

Então, é possível que alguém possa querer apagar um fato recente da memória brasileira?

Ainda não há nada definido, mas na proposta em discussão essa possibilidade existe. As consequências seriam horríveis, pois a história do Brasil correria o sério risco de ficar incompleta se permitirmos que parte da nossa memória e patrimônio cultural seja apagada. Como compreender e explicar, por exemplo, o regime militar brasileiro se omitirmos fatos como a morte do jornalista Vladimir Herzog no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo?■

AUMENTO DE INFRAÇÕES PÕE MENORES EM DEBATE

Redução da idade penal e prazo maior de internação podem ser alterados em função da gravidade do ato

GEORGIA BAÇVAROFF E IZABELA MACHADO

Tráfico de drogas, roubo, uso de drogas e furto. Esses foram os atos infracionais mais praticados por adolescentes em Belo Horizonte no ano de 2017. Juntos, somam mais da metade de todas as infrações cometidas por adolescentes, na capital mineira, no ano passado. **Em 2017, 1.710 ocorrências ligadas ao tráfico de drogas foram encaminhadas para o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH), um aumento de 28,77% comparado a 2016.**

Os dados estão no relatório estatístico sobre ocorrências com adolescentes divulgado pela Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte no mês de abril. De acordo com o levantamento, no ano passado, foram registradas 6.001 ocorrências envolvendo menores, uma média de 16 por dia. Destaque para o homicídio, que aumentou 140% de um período para outro. Em 2016, 8.176 adolescentes foram encaminhados para o CIA-BH. Já em 2017, esse número subiu para 8.247. Os autores de atos infracionais são, em sua maioria, do sexo masculino (86,4%), com idade entre 15 e 17 anos.

Responsável pela organização dos dados e titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, juíza Valéria da Silva Rodrigues Queiroz, destacou que, pela primeira vez, pesquisou dados sobre o crescente número de adolescentes encaminhados ao CIA-BH em razão de conflitos no ambiente escolar. Os atos infracionais mais cometidos nas escolas da capital são: ameaça, lesão corporal e vias de fato. As vítimas são os próprios colegas, os professores e os funcionários da escola.

DISCUSSÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/1990) prevê a aplicação de seis medidas socioeducativas a todos os adolescentes que cometem atos infracionais a partir dos 12 anos de idade.

No Congresso Nacional, tramitam atualmente mais de 50 projetos de lei que pedem a alteração do Estatuto em favor da ampliação do tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei ou para a redução da maioridade penal, estipulada hoje aos 18 anos.

O deputado federal Aliel Machado (PSB/PR), relator da comissão especial que analisa a revisão do ECA na Câmara dos Deputados, defende o aumento do período de internação de adolescentes infratores como alternativa à discussão da redução da maioridade penal.

O parlamentar apresentou substitutivo ao Projeto de Lei 7.197/02, do Senado, e outros 52 apensados, em que prevê o aumento para até 10 anos do período de internação de adolescentes em regime especial de atendimento socioeducativo, desde que a conduta infracional envolva morte. Hoje, o tempo máximo previsto de internação é de três anos.

O relatório completo pode ser consultado no link: https://bit.ly/2KuNipy

Há 13 anos como titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, a juíza Valéria Rodrigues afirmou que o projeto de lei em tramitação no Congresso visa adequar a resposta estatal para atos considerados gravíssimos e trazer mais lógica e racionalidade ao sistema socioeducativo. Segundo Valéria Rodrigues, com a elevação do tempo de internação, cria-se uma responsabilidade progressiva, em que serão levados em conta dois critérios: a idade e a gravidade do ato praticado.

"A cada ano de vida, o adolescente adquire maior compreensão da realidade, tendo capacidade de desenvolver valores positivos. Em razão disso, não se justifica a previsão das mesmas consequências a um adolescente de 12 e a outro de 17 anos, ainda que coautores do mesmo ato infracional. Assim, a resposta estatal tem que levar em conta também o critério da idade", argumentou a magistrada.

De acordo com a juíza, nos dias de hoje, a igualdade do tempo de internação, sem diferenciação do ato praticado, também acarreta uma insegurança jurídica muito grande na responsabilização daquele adolescente em conflito com a lei, que não compreende por que há tratamento igual para atos diferentes.

"Tal condição tem gerado na sociedade uma perigosa sensação de impunidade. O aumento do tempo de internação para os crimes gravíssimos inibirá, de certa forma, a sua prática", avaliou Valéria Rodrigues.

Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia, José Roberto Poiani afirmou que, no campo das medidas prote-

FOTOS: RENATA CALDEIRA

Juíza Valéria Rodrigues

Juiz José Roberto Poiani

tivas, o ECA vem sendo constantemente atualizado pelo legislador. Porém, o mesmo não acontece na área socioeducativa.

"Já está demonstrado que a redução da maioridade penal não pode ser admitida como solução para os problemas do adolescente em conflito com a lei. Há, sim, necessidade de melhorias no sistema de aplicação de medidas socioeducativas, como modular as hipóteses de internação de acordo com a idade e o tipo de ato infracional, com o possível aumento do tempo de internação para os atos mais graves", apontou o magistrado.

CARÊNCIA

José Roberto Poiani defendeu ainda o aumento do limite atual de 21 anos para extinção da medida de internação, pois há adolescentes que, embora cometam ato de extrema gravidade, acabam cumprindo bem menos que o limite de três anos de internação. No entanto, segundo o magistrado, a maior mudança que precisa ser feita é a priorização e a qualificação da execução das medidas de meio aberto e fechado.

"A cada ano de vida o adolescente adquire maior compreensão da realidade, tendo capacidade de desenvolver valores positivos"
Valéria Rodrigues

"Há grande carência de vagas de internação no Estado. A semiliberdade ainda é realidade bem distante da esmagadora maioria das comarcas, inclusive em Uberlândia, a segunda maior de Minas. Também falta a implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAs) em todos os municípios para execução das medidas de meio aberto. O número de agentes socioeducativos é muito aquém da necessidade", alertou o magistrado.

EFETIVIDADE

Para a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Minas Gerais, (CEDCA/MG), Silvia Cristina Silva Santos Batista, o ECA não tem uma proposta punitiva, mas sim protetiva. Por isso, ela defendeu prioridades na aplicação do Estatuto, sem a necessidade de redução da maioridade penal.

"Privar o ser humano de sua liberdade sem oferecer a ele uma proposta pedagógica consistente não é condizente, sobretudo quando se trata de jovens com idade inferior a 18 anos, que, muitas vezes, não tiveram acesso a uma educação de qualidade e a uma convivência familiar e social sadia", argumentou.

Para minimizar a violência entre os jovens, Silvia Batista propôs a realização de políticas públicas efetivas. "Estado e sociedade devem juntos atuar no combate às drogas e no desenvolvimento de políticas que visem à proteção dos nossos adolescentes", disse. Para ela, tão importante quanto o trabalho e o empenho nesta área, está o envolvimento familiar. "A família é a base da sociedade", sustentou.

ESFORÇO CONJUNTO

A redução da criminalidade envolve ações complexas e interdisciplinares. Para a juíza Valéria Rodrigues, o foco não deve ficar apenas na atuação do Sistema de Segurança Pública, mas deve se expandir para políticas básicas, como o combate à evasão escolar.

"Os números indicam que 90% dos adolescentes encaminhados ao CIA estão excluídos da escola, não possuem perspectiva ou projeto de vida e falta-lhes emprego. Esses são os fatores determinantes do envolvimento de adolescentes em atos infracionais, principalmente no tráfico de drogas", apontou a magistrada.

"Há, sim, necessidade de melhorias no sistema de aplicação de medidas socioeducativas, como modular as hipóteses de internação"
José Roberto Poiani

Nessa "força-tarefa" para afastar os jovens da violência, o Judiciário também tem papel importante. Para Valéria Rodrigues, a implementação do modelo de atendimento integrado e imediato com as demais instituições que compõem o sistema de Justiça, nos moldes do que é praticado há mais de 10 anos no CIA/BH, é um ponto-chave.

Segundo o juiz José Roberto Poiani, a Justiça infanto-juvenil precisa ter o devido reconhecimento por parte dos tribunais. "O Poder Judiciário, de forma geral, ainda não prioriza a infância e a juventude. O Provimento 36, do CNJ, determina que haja varas privativas da Infância e Juventude em todas as comarcas com mais de 100 mil habitantes. Isso precisa ser respeitado", observou o magistrado.

De acordo com Poiani, investir na formação continuada de magistrados e servidores que atuam na Justiça infanto-juvenil é outro ponto fundamental. "Dessa forma, o magistrado terá condição de ser protagonista de ações tendentes a garantir a efetiva aplicação do ECA em cada comarca do Estado", afirmou o juiz. ■

CEJUSCS E O NOVO PAPEL DO MAGISTRADO

A participação dos juízes é fundamental para o êxito do projeto

MAURÍCIO PINTO FERREIRA[1] E GINA CHAVES[2]

Com a edição do novo Código de Processo Civil - Lei nº 13.115/2015 e da Lei da Mediação – Lei 13.140/2015, que vieram a se juntar à Resolução nº 125/2010 do CNJ, foi inaugurado um microssistema normativo para tratar da Política Nacional de Solução Consensual de Conflitos de Interesses.

Esse microssistema normativo exige dos operadores do direito um novo olhar para os conflitos de interesses que lhes são apresentados e, sobretudo, para as formas de abordagem e de solução, para além daquela com que estavam acostumados até então – qual seja, o sistema jurisdicional tradicional de solução de conflitos vinculado ao contencioso / adversarial.

Nessa nova concepção de acesso à justiça, o protagonista deixa de ser o magistrado julgador e passa a ser o cidadão, como legitimado que é a busca pela pacificação social.

Por isso, a importância de cada um dos operadores do direito compreender o seu papel nesse novo cenário, e, no exercício de suas funções institucionais, estimular e exercitar a solução consensual de conflitos, na forma do que estabelece o art. 3, §3º, do CPC.

Aliás, o sucesso da implantação da política de tratamento adequado dos conflitos passa pela adesão de todos os partícipes – juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público – como tem sido na exitosa experiência mineira.

Na Justiça Mineira, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejuscs instalados têm sido responsáveis por um salto quantitativo e, especialmente, qualitativo, no atendimento ao cidadão que busca, pela solução consensual, resolver seus dilemas cotidianos.

Dos todas as reclamações que aportam o setor pré-processual dos Cejuscs mineiros, cerca de 90% (noventa por cento) são solucionadas por acordo entre os interessados, sem que haja sequer o ajuizamento de ação judicial.

O setor processual dos Cejuscs do Estado, por sua vez, é responsável por promover acordo numa média de 40% (quarenta por cento) dos processos que a eles são enviados para o cumprimento da audiência de que dispõe o art. 334 do NCPC.

Esses percentuais, que já são expressivos, gradativamente têm aumentado no decorrer dos últimos anos, em razão do aparelhamento dos Cejuscs e da capacitação dos magistrados, servidores e estagiários que neles atuam, o que indica a necessidade de que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais continue investindo, cada vez mais, nessa nova sistemática de tratamento de conflito de interesse.

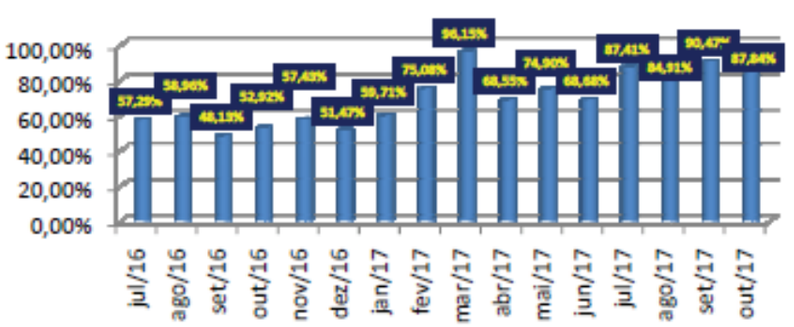
Aliás, outro resultado dessa nova maneira de serem tratados os conflitos de interesse é o papel do Cejuscs na mudança do conceito que o cidadão tem do Poder Judiciário. É expressivo o índice de satisfação do usuário do sistema de tratamento adequado dos conflitos, conforme se percebe do gráfico abaixo:

Veja-se, pois, o quanto a política de tratamento adequado dos conflitos de interesse do eg. TJMG, por meio de sua 3ª Vice-Presidência, tem impactado o cidadão, proporcionando-lhe melhores caminhos de acesso à justiça, e o magistrado no desempenho de sua função jurisdicional, até porque uma das suas consequências é a redução de ações distribuídas a curto e médio prazo, contribuindo para uma racionalização do trabalho do julgador.

Nesse contexto, para o aproveitamento efetivo dos institutos, é fundamental o papel do juiz, atuando de forma determinante para incentivar a conciliação e a mediação, com a remessa dos autos aos Cejuscs, que têm demonstrado bons resultados, não apenas em questões afetas à área de família, mas em outros ramos do direito, como em litígios cíveis e de sucessões.

A participação ativa dos magistrados é de grande importância para a concretização dos serviços prestados pelos Cejuscs, que já comprovaram ser instrumentos úteis e eficientes para a resolução de conflitos e a pacificação social, pois permitem que o jurisdicionado tenha à sua disposição mecanismos aptos a permitir a resolução do conflito com efetividade e, ainda, reduzem a litigiosidade.

Portanto, os Cejuscs devem ser vistos como unidades do Poder Judiciário, institucionalizadas em favor do jurisdicionado, mas também do magistrado, como destinatários e partícipes, que são, da política pública de tratamento adequados dos conflitos de interesses.■



Produtividade do Cejuscs no âmbito pré-processual

[1] Juiz de Direito Auxiliar da 3ª Vice-Presidência do eg. TJMG
[2] Assessora da 3ª Vice-Presidência do eg. TJMG

Uso de inteligência artificial avança no TJ

Sistema deverá auxiliar o trabalho dos magistrados

Magistrados, advogados, servidores e especialistas participaram, no dia 20 de abril, do seminário "Direito e Tecnologia: Inteligência Artificial na Justiça", quando foram debatidas estratégias para o aprimoramento da prestação jurisdicional a partir do uso sistemas de informática inteligentes, cujo um dos traços é ajudar na solução de problemas.

Mesmo se tratando de um dos temas mais atuais nessa área, o uso da inteligência artificial no Poder Judiciário não está tão distante do TJMG, pois um sistema desenvolvido com base nessa tecnologia está em fase de testes no Tribunal. Segundo o desembargador Wilson Benevides, superintendente de Tecnologia e Informação do TJMG, a proposta é que o recurso auxilie o trabalho dos magistrados em seu gabinete.

De acordo com o desembargador, o software de inteligência que será usado no TJ terá, por exemplo, a capacidade de ler a petição inicial, identificar o assunto, pesquisar a jurisprudência do Tribunal, analisar como o magistrado tem decidido sobre uma determinada questão e apresentar a ele uma minuta da sentença, para que o juiz possa decidir.

Benevides esclareceu que, para a implantação do sistema, o TJMG está investindo em tecnologia para o recurso ser disponibilizado, pois os programas disponíveis hoje não permitem processar todo o volume de informações existentes no Tribunal. Mesmo assim, o desembargador mostra-se otimista com o avanço do uso sistema no TJ, pois a expectativa é que, em breve, seja disponibilizado uma nova ferramenta de busca baseado em algoritmos de inteligência.

Na avaliação de Benevides, o uso da inteligência artificial não tem o potencial de substituir o trabalho de um juiz, pois, de acordo com ele, o máximo que a máquina vai fazer é auxiliar os magistrados em atividades já conhecidas, feitas mecanicamente. O desembargador observou que, por exemplo, a aplicação dessa tecnologia poderá adiantar relatórios, teses, minutas de sentenças e de votos. "Vai poupar do magistrado a grande mão de obra de ter que fazer todo esse processo", afirmou.■

DENYS IURI-TJMG

Carlos Henrique e Wilson Benevides

CURSOS OFERECIDOS PELA ENM

- **CURSO NOVO CPC – PROCESSO DE CONHECIMENTO**
  Carga horária: 20 horas/aula
  Período: junho
  Inscrições: até 21 de junho
  Total de vagas: 40 vagas
  Acesso pelo site www.enm.org.br

- **MUSEU DE MINAS GERAIS**
  Duração: 20 minutos
  Período: junho
  Vagas: ilimitadas
  Acesso pelo site www.enm.org.br

- **FORMADOR DE FORMADORES - FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS**
  Carga horária: 16 horas/aula
  Período: 28 e 29 de maio
  Local: Enfam (Brasília)
  Total de vagas: 30
  Mais informações: enfam.jus.br

- **PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO**
  Carga Horária: 70 horas/aula
  Modalidade: ensino a distância
  Inscrições: até 16 de agosto
  Vagas: ilimitadas
  Mais informações: http://ejef.tjmg.jus.br

FONTE: ENM

Nutris tem desafio de levar sonho adiante

ARQUIVO AMAGIS

Lucinda Alvarez com adolescentes no NAC e crianças em atividade de leitura no Nutris

Núcleo presta apoio pedagógico a centenas de crianças do Mariano de Abreu

Há 34 anos, as famílias carentes do bairro Mariano de Abreu (região leste de Belo Horizonte), em especial as crianças dessa comunidade, conheceram uma das personagens da Magistratura mineira, a pensionista Lucinda Alvarez de Oliveira, falecida no dia 7 de março, que, em busca de um sonho, idealizou a construção do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), ajudando, ao longo dos anos, centenas de meninos e meninas a mudarem sua realidade.

Aos 86 anos, a pensionista Delenda Faria Campos lembra-se, como se fosse hoje, das primeiras conversas com a amiga, que já praticava caridade com menores em situação de rua e desejava ampliar esse trabalho. "Ela não queria só dar alimentação, queria contribuir para a educação e estudo dessas crianças. Fazer algo melhor", disse Delenda ao recordar-se do dia em que Lucinda a procurou para falar do projeto e pedir ajuda.

Delenda contou que, depois de criada a associação do Nutris, em 1984, o primeiro desafio foi conseguir um local com a prefeitura no qual a creche seria construída. "Conseguimos um espaço, onde hoje é a Band (TV), depois a prefeitura mudou o local e cedeu o lote onde o Nutris foi construído", disse. De acordo com ela, o dinheiro para a construção da creche foi obtido com a realização de eventos beneficentes e com a contribuição de magistrados, alcançadas com o apoio da Amagis e do TJMG.

Todo esse esforço tem dado resultados. Exemplo disso é o técnico em Edificações, formado pelo CEFET-MG, Felipe Cordeiro Alves, que frequentou o Núcleo quando era criança. Hoje, aos 27, ele está concluindo o curso de psicologia pela UFMG. "O Nutris foi o meu primeiro contato, e o de muitos colegas, com o estudo, pois, para nós, não haveria a possiblidade de ir para uma creche se não fosse o Nutris", comentou.

Na avaliação de Felipe, esse primeiro passo na sua escolaridade foi decisivo, pois, no Núcleo, ele passou a ter uma noção e importância do estudo. "O Nutris me concedeu a oportunidade de ter um capital cultural, com uma certa orientação para os estudos, que, naturalmente, não estaria disponível na comunidade onde moro", afirmou.

Anos depois de sua passagem pelo Nutris, ele se surpreendeu com o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), construído para atender a crianças e adolescentes de 6 a 16 anos. "Tenho certo anseio de, se possível, dar um retorno para a instituição", disse ao manifestar sua gratidão pelo trabalho de todos os envolvidos no núcleo.

A pensionista Delenda de Faria revelou que o maior sonho da amiga Lucinda Alvarez era construir o NAC, pois, desde o princípio, o desejo dela era impedir que os jovens tivessem sua sorte definida nas ruas. "Ela realizou seu sonho, morreu feliz!", afirmou Delenda, ao dizer ainda que, hoje, o desafio é manter as atividades do núcleo com poucos recursos financeiros.

Atualmente, o Nutris e o NAC atendem a aproximadamente 200 crianças e adolescentes do bairro Mariano de Abreu. As doações são as principais fontes de financiamento das instituições. Os magistrados interessados em contribuir podem ligar para os telefones (31) 3485-6035, no Nutris, e (31) 3079-3471, na Amagis.■

Caxambu é tema da MagisCultura

Colônia da Amagis está instalada em cidade que integra o Circuito das Águas

Fonte D. Pedro no Parque das Águas em Caxambu

Com a referência ao Circuito das Águas de Minas Gerais, a 19ª edição da Revista MagisCultura traz em sua capa a Fonte D. Pedro II *(Leia mais na página 18)*, que faz parte do Parque das Águas de Caxambu, cidade onde a Amagis mantém em funcionamento uma de suas cinco colônias de férias, para descanso e lazer da Magistratura mineira e seus familiares.

Uma das estâncias hidrominerais mais antigas do mundo, o Parque das Águas de Caxambu tem 12 fontes de águas minerais, com diferentes elementos químicos, as quais são atribuídas diferentes propriedades curativas. A D. Pedro II, por exemplo, é indicada para problemas digestivos; dispepsia e digestões lentas.

A relação da cidade e suas fontes com a família real não se limita à homenagem ao monarca. Pode ser explicada também pela estadia da princesa Isabel em Caxambu, de 17 de novembro a 17 dezembro de 1968, quando buscou cura para uma hipotética infertilidade. A princesa engravidou, pela primeira vez, sete anos após sua passagem pelo município, o que não permite comprovar a relação da gravidez com visita da herdeira do trono com as águas minerais.

HISTÓRIA DE CAXAMBU

O "Morro de Caxambu" foi avistado, pela primeira vez em 1674, pelo desbravador Lourenço Castanho Taques. Trinta sete anos depois (1711), João Batista de Carvalho e Sebastião Fernandes obtiveram a sesmaria chamada de Cachambum.

Décadas antes de ser fundada, em 1901, Caxambu já atraía a atenção por seu potencial hídrico. Os primeiros registros do descobrimento das águas minerais são de 1814, na Fazenda do Caxambu. Somente 30 anos depois, em 1844, que as três primeiras fontes, hoje conhecidas como Dom Pedro, Dona Isabel e Dona Leopoldina, foram descobertas.

A origem do nome Caxambu também reserva algumas curiosidades: a mais aceita é que a origem correta da palavra Caxambu é tupi, vinda do dialeto falado pelos índios Cataguases que habitavam a cidade. Em tupi, a palavra Caxambu significa 'bolha', com referência à água, é a bolha que o líquido faz como 'a ferver' – 'bolhas a ferver' ou 'água que borbulha'.

COLÔNIA DE FÉRIAS

A colônia de Caxambu possui dez apartamentos mobiliados e decorados para garantir conforto e privacidade aos associados. Todas as unidades são compostas por um quarto, sala e cozinha, e são equipados com TV e frigobar.

Nas áreas comuns da colônia, os magistrados e seus familiares poderão usufruir de sauna, piscinas adulto e infantil, quadra de vôlei e peteca, campo de futebol gramado e área verde preservada.

A unidade dispõe ainda de um salão de jogos com mesas de sinuca, totó, pingue-pongue, baralho, TV e playground. E para deixar o espaço ainda aconchegante, há uma lareira instalada para aquecer os visitantes durante horas de uma boa prosa.■

CONVÊNIOS

DR. LAVA TUDO
Desconto de 15% nos serviços de limpeza, impermeabilização de estofados, cadeiras, bancos de veículos, colchões e hidratação em couros. Descontos não cumulativos
Telefones: *(31)34231709 e (31) 34421214*
Endereço: *Av. dos Bandeirantes 1.471, Anchieta – BH*

HIGIENIZADORA FERNÃO DIAS
Descontos de 10% nos serviços de limpeza e impermeabilização de estofados, instalação, higienização, corretiva e preventiva de ar condicionado
Telefone: *(31)3564-0546*
Endereço: *Rua Doresópolis, 517, Apto 201, Bairro Fernão Dias – BH*

UNI – BH
Descontos nas mensalidades para novos alunos nos curso de curta duração, graduação (exceto medicina) e pós-graduação Lato Sensu.
Telefone:
(31) 3319-9555 e (31) 98461-2755
Endereço: *Av. Professor Mário Werneck, 1685, Estoril – BH*

LIFT ESCOLA DE IDIOMAS
Descontos de 30% na taxa de matrícula, cobrada uma única vez, independentemente da quantidade de cursos, e 20% de desconto nas mensalidades nos cursos de inglês (crianças, jovens e adultos) e francês (jovens e adultos)
Telefone: *(31) 3567-2789*
Endereço: *Rua Oscar Trompowsky, 810, Gutierrez – BH*

Acadêmicos aprovam revista MagisCultura

Membros da Academia Mineira de Letras participaram do lançamento da revista

O lançamento da 19ª revista MagisCultura Mineira realizado, no dia 25 de abril, no auditório da Amagis, contou com a participação de membros da Academia Mineira de Letras (AML), entre eles Fábio Lucas, o escritor homenageado dessa edição, e do secretário de Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, que foram unânimes em ressaltar a contribuição da publicação para a cultura brasileira.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, destacou a importância da participação dos magistrados mineiros para o sucesso da revista. "A cada edição, temos grande satisfação em receber as contribuições valiosas dos magistrados e dos escritores homenageados. São essas iniciativas que nos dão novos impulsos", afirmou.

Maurício Soares fez um agradecimento especial a Fábio Lucas, para quem entregou um retrato do escritor pintado pela artista plástica Sandra Bianchi. O desenho é uma das imagens que ilustram a publicação, que, nesta edição, traz em sua capa a fonte de D. Pedro II, em Caxambu, no Sul de Minas, onde está instalada uma das cinco colônias da Amagis *(Leia mais na página 17)*.

Fábio Lucas, Maurício Soares e Rogério Medeiros

Ao agradecer a homenagem, Fábio Lucas observou que a MagisCultura revela ao Brasil não só um magnífico trabalho nos diferentes gêneros literários, mas também abre espaço para a arte gráfica. Na avaliação dele, a revista "merece certamente estar nas mãos dos leitores mais afeitos à beleza da literatura e à riqueza da ciência".

Segundo o secretário Ângelo Oswaldo, Fábio Lucas destaca-se no cenário cultural por ser um dos escritores e críticos literários mais respeitados do País. Para ele, a homenagem realizada é mais do que merecida. "A MagisCultura é uma publicação que honra a cultura mineira e é um importante veículo cultural", afirmou.

Presente no lançamento, o presidente do BDMG Cultural e membro da AML, Rogério Tavares, definiu da seguinte maneira o papel desempenhado pela MagisCultura: "A primeira grande contribuição da publicação é resistir no panorama das revistas literárias brasileiras e continuar crescendo; a segunda, é revelar ao grande público os talentos literários da Magistratura mineira; e o terceiro é contribuir para a educação das novas gerações", avaliou.

De acordo com o escritor Luís Giffoni, membro da AML, com a revista, a Amagis, além dar aos magistrados mineiros a oportunidade de revelarem seu talento na literatura, dá uma importante contribuição com a tradição cultural brasileira e mineira, publicando a MagisCultura.■

RÁPIDAS

Dez magistrados mineiros foram homenageados pelo Governo de Minas, no dia 21 de abril, com a Medalha da Inconfidência. Entre os agraciados estão: os desembargadores Carlos Henrique Perpétuo Braga; Gilson Soares Lemes; Armando Freire; Carlos Roberto de Faria; Dárcio Lopardi Mendes; José Flávio de Almeida; Marcos Lincoln dos Santos; Newton Teixeira Carvalho e Wilson Almeida Benevides e o juiz Bruno Teixeira Lino.

O desembargador Ramom Tácio de Oliveira foi homenageado, no dia 13 de abril, pela Prefeitura e a Câmara Municipal de Campo Belo (Sul de Minas), onde atuou como juiz, com o Título de Cidadão Honorário da cidade. A solenidade foi realizada na Câmara Municipal de Campo Belo.

Durante sessão do Órgão Especial do TJMG, realizada no dia 25 de abril, o desembargador Alexandre Quintino Santiago tomou posse como membro do colegiado. Na mesma reunião, os membros do Órgão Especial aprovaram a designações do juiz Glauco Soares Fernandes para substituir na 3ª Câmara Criminal, e do juiz Bruno Teixeira Lino para auxiliar na Presidência do TJ.

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

OZZY OSBOURNE – FAREWEEL WORLD TOUR
Data: *18 de maio*
Local: *Esplanada do Mineirão*
Ingressos: *R$150,00 a R$ 600,00*
Informações: *premier.ticketsforfun.com.br*

LULU SANTOS
Data: *18 de maio*
Local: *KM de Vantagens Hall*
Ingressos: *R$120,00 a R$ 240,00**
Informações: *premier.ticketsforfun.com.br*

OS PALPITINHAS
Data: *20 de maio*
Local: *Cine Theatro Brasil*
Ingressos: *R$15,00 a R$30,00*
Informações: *http://cinetheatrobrasil.com.br*

KELL SMITH
Data: *26 de maio*
Local: *KM de Vantagens Hall*
Ingressos: *R$50,00 a R$560,00*
Informações: *premier.ticketsforfun.com.br*

GOD SAVE THE QUEEN
Data: *16 de junho*
Local: *KM de Vantagens Hall*
Ingressos: *R$ 40,00 a R$ 600,00*
Informações: *premier.ticketsforfun.com.br*

DANÇA

DANCING IN THE RAIN
Data: *22 de maio*
Local: *KM de Vantagens Hall*
Ingressos: *R$30,00 a R$120,00*
Informações: *premier.ticketsforfun.com.br*

TEATRO

URUBUS NO AR (MINAS POCKET TEATRO)
Data: *10 de maio*
Local: *Palácio das Artes*
Ingressos: *Entrada franca*
Informações: *(31) 3236-7400*

DUPLO ÉTERO
Data: *11 a 13 de maio*
Local: *Cine Theatro Brasil*
Ingressos: *R$20,00 a R$40,00*
Informações: *www.cinetheatrobrasil.com.br*

CARLINHOS MAIA EM MAS, CARLOS!
Data: *20 de maio*
Local: *Cine Theatro Brasil*
Ingressos: *R$40,00 a R$80,00*
Informações: *www.cinetheatrobrasil.com.br*

SENHORA DOS AFOGADOS
Data: *26 e 27 de maio*
Local: *Cine Theatro Brasil*
Ingressos: *R$25,00 a R$50,00*
Informações: *www.cinetheatrobrasil.com.br*

UM HOMEM E MEIO COM JOÃO VALIO E VALDECI PROENÇA
Data: *27 de maio*
Local: *Cine Theatro Brasil*
Ingressos: *R$20,00 a R$40,00*
Informações: *www.cinetheatrobrasil.com.br*

EXPOSIÇÃO

LIGA: DO MEMORIAL VALE PARA O MUSEU DO FUTEBOL
Data: *Até 31 de maio*
Local: *Memorial Minas Gerais Vale*
Ingressos: *Entrada franca*
Informações: *memorialvale.com.br*

DRAGÃO FLORESTA ABUNDANTE
Data: *até 30 de julho*
Local: *Centro Cultural Banco do Brasil*
Ingressos: *Entrada franca*
Informações: *www.culturabancodobrasil.com.br*

POR TRÁS DO TAPUME
Data: *até 24 de junho*
Local: *Casa Fiat de Cultura*
Ingressos: *Entrada Franca*
Informações: *www.casafiat.com.br*

**Para o voucher do km de vantagens, o ingresso custa R$48,00*

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

IVONE LARA – A grande dama do samba, dona Ivone Lara, reconhecida como uma das mais importantes compositoras do País, por todo o seu talento e pioneirismo, faleceu no último dia 16 de abril, deixando uma obra singular.

"Foi pisando nesse chão, devagarinho", que ela mostrou toda a criatividade e originalidade de seus sambas em um período no qual não se aceitava uma mulher sambista. Por isso, Ivone Lara foi referência para muitas compositoras.

Crescida em uma família de músicos, aos 12 anos, compôs seu primeiro samba: o partido alto "Tiê". Uma referência ao pássaro Tiê-sangue, que ela teve na infância.

Em 1945, começou a compor sambas que eram apresentados por seu primo, Mestre Fuleiro, como se fosse dele, devido ao preconceito às mulheres. Ivone Lara quebrou muitos padrões ao se tornar a primeira mulher na ala de compositores de uma escola de samba, a Império Serrano, em 1965.

Formada em Enfermagem e especializada em Assistência Social e Terapia Ocupacional, teve uma participação fundamental na Luta Antimanicomial, trabalhando ao lado da psiquiatra Nise da Silveira, cuidando, durante 37 anos, de pacientes com transtornos mentais, usando música para o tratamento e ressocialização na década de 1940, quando ainda não se falava em musicoterapia.

Seu primeiro disco solo, "Samba, Minha Verdade, Samba, Minha Raiz", só veio em 1978, quando Ivone Lara já tinha 56 anos.

Disco solo de Ivone Lara

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

AMAGIS

Barragem de Mariana

Como a Justiça em Minas Gerais está resolvendo os conflitos após o rompimento da Barragem em Mariana? Quais os resultados até agora desse termo de cooperação? Nossos convidados são o juiz Maurício Pinto Ferreira, auxiliar da 3ª vice-presidência do TJMG, e o gerente Jurídico da Fundação Renova, Leonardo Gandara. (Foto)

Distrato de imóveis

Pessoas que compram imóvel na planta podem se deparar com algumas dificuldades para quitar o saldo na entrega do imóvel. Quais são os problemas em torno do distrato de imóveis no Brasil? Para falar do assunto, convidamos o juiz Christyano Generoso, da 22ª Vara Cível, e o advogado Kênio Pereira, especialista em Direito Imobiliário.

Avanços nos Juizados Especiais

A informalidade e simplificação do sistema faz com que o grande volume de processos seja julgado mais rapidamente do que nas varas criminais e cíveis. Para falar do assunto, convidamos o juiz Francisco Ricardo Sales Costa, coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, e o advogado Antônio Augusto Cruz, conselheiro Estadual da OAB/MG.

Fake News

O Via Justiça fala sobre as notícias falsas (as fake News) que se espalham rapidamente pela internet e redes sociais. Nossos convidados são Diogo Cruvinel, diretor da Secretaria de Gestão da Informação do TRE-MG, e o advogado Luís Felipe Silva Freire, presidente da Comissão de Informática, Direito Eletrônico e Crimes Eletrônicos da OAB-MG.

Penas pecuniárias

As penas alternativas podem ter grande valia no âmbito social ao serem revertidas à sociedade. Para falar do assunto, convidamos o juiz Consuelo Silveira Neto, da 1ª Vara Criminal, Execuções Penais e Cartas Precatórias Criminais de Caratinga. Como o valor da pena pecuniária pode ser utilizado pelo Judiciário? (Foto)

Multas e leis ineficazes

Há leis no Brasil que pegam e outras que não, assim como existem aquelas que são inconstitucionais. Ainda assim, o cidadão é afetado por elas. Quais são as razões dos equívocos? Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Comércio eletrônico

As compras pela internet crescem e movimentam cerca de R$ 50 bilhões por ano. Já está em vigor a Lei 13.543, que regulamenta o comércio eletrônico e traz novas exigências para a disponibilização de informações sobre os produtos. Nossa convidada é a juíza Beatriz Junqueira Guimarães, do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte.

Mudanças na Lei Seca

A Lei Seca completa nove anos e ficou mais rigorosa desde o mês passado, com aumento de pena de prisão para crimes cometidos ao volante, principalmente sob efeito do álcool. Nossa convidada é a juíza Isabel Fleck, titular da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte. Quais mudanças foram feitas na Lei Seca?

TV JUSTIÇA
Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

TV JUSTIÇA
Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV COMUNITÁRIA
Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

YouTube **www.youtube.com/amagismg/videos**

O PAÍS REAL, O PAÍS SONHADO

Serão necessárias gerações para se obter o Brasil ideal

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Tristemente, a situação do Brasil não é das melhores. Vivemos um ambiente onde se respira o caos, em um país real trespassado por assassinatos não resolvidos, grupos se proclamando da esquerda e da direita, vivenciando ódios inconciliáveis, recessão, desemprego batendo na casa de 13 milhões; tudo isso e muito mais, gerando um mal-estar generalizado entre os brasileiros.

Jovens mergulhados no crime, fora das escolas ou exercendo subempregos, com salários baixos e em condições degradantes. Fatores esses que acabam contribuindo para perpetuação da pobreza e a reprodução das desigualdades sociais. Como sabido, pesquisas confiáveis apontam a existência de uma estreita relação entre o trabalho precoce e a pobreza.

Por outro lado, já se apresentaram como candidatos nas próximas eleições presidenciais uma dezena de candidatos, sem nenhum plano de governo, fora os que se encontram na cadeia, com suas portas abertas para tantos outros.

A saída para esse atoleiro não se obtém de um dia para outro. Como explicitam os especialistas, são necessárias gerações para se obter o país sonhado, ou seja, aquele que ofereça oportunidades iguais para todos.

Para encontrar uma saída, um pensador colombiano, William Ospina, em um ensaio denominado 'Franja Amarilla', e, em alusão à bandeira do país irmão, observou que "las franjas azules e rojas, que son las mais pequenas, pero que existe uma franja amarilla, mas grande que las anteriores, que congrega a llamada sociedade civil que aún no se há constituído, pero que es necessaria para a construcción de esse país possible."

Utilizando a belíssima comparação do pensador colombiano, verificamos que a cor verde é a predominante de nossa bandeira. Verde: esperança.

Nosso país real nos mostra o contrário. O que até agora temos constituído é uma sociedade desesperançada, egoísta, dividida, desigual e controlada por muito poucos.

"NOSSO PAÍS REAL NOS MOSTRA O CONTRÁRIO. O QUE ATÉ AGORA TEMOS CONSTITUÍDO É UMA SOCIEDADE DESESPERANÇADA, EGOÍSTA, DIVIDIDA, DESIGUAL E CONTROLADA POR MUITO POUCOS"

Como disse frei Marino Martinez, diretor da revista Alvorada, dos padres e educadores capuchinhos, fundada em 1952, ano XLVI 313, maio/junho de 1999, "es necessário generar pues, el pais soñado, que pode nascer deste el hogar y la escuela. Estos son los escenarios donde podemos construir las bases para las futuras generationes, baseadas en el diálogo entre padres e hijos, en establecer acciones em conjunto con los vecinos, em generar ambientes de convivencia en el vecindrio".

Um novo caminho nos leva à situação atual do Brasil: construir uma sociedade mais igualitária. Que o verde da esperança, que predomina em nossa bandeira, inspire a todos. Passou da hora de sermos protagonistas e propormos alternativas de mudanças. Como disse o frei Marino Martinez: "que partan de la propia experiência vital y que tengan la influencia en el entorno más imediato: la família, la escuela, el barrio, la unidad residencial, la empresa, pois, desde ali, se começa a gestar o País sonhado.■

**Desembargador*

Impressas ou eletrônicas

Você escolhe como deseja receber as publicações da Amagis:

Jornal Decisão - Revista MagisCultura - Revista Amagis Jurídica

Caso deseje receber apenas a versão eletrônica de algumas dessas publicações, envie solicitação para imprensa@amagis.com.br

Reajuste visa equilíbrio do plano

Índice será aplicado neste mês

TIAGO PARRELA

Conselheiros avaliaram contas da Amagis Saúde

A partir deste mês, os usuários da Amagis Saúde optantes pelo plano estadual terão suas mensalidades reajustadas, conforme deliberação do Conselho Gestor de Saúde tomada durante reunião realizada no dia 20 de março. Para os associados que aderiram à modalidade Grupos de Estados, o reajuste será aplicado a partir de junho, de acordo com o aniversário do plano.

Após analisarem o estudo e dados estatísticos apresentados pelo consultor João Roberto Rodarte, representante da Plurall Soluções em Saúde Suplementar, os conselheiros concluíram que o índice de reajuste adequado às necessidades do plano e capaz de manter o equilíbrio financeiro da Amagis Saúde é de 14,89%.

O estudo apresentado por Rodarte levou em consideração fatores como a distribuição de beneficiários, sinistralidade dos planos, evolução da distribuição de despesas e receitas, constituição das garantias financeiras exigidas pela legislação especifica, análise dos dados de utilização e custos, apuração do reajuste comum aos planos e tabelas reajustadas.

O equilíbrio financeiro das operadoras de saúde, levando em consideração as condições de solvência e liquidez dos planos, é um dos indicadores avaliados pela Agência Nacional de Saúde na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo usuário. Portanto, a decisão do Conselho Gestor também segue preceitos do órgão.■

DICAS

REMOÇÃO INTER-HOSPITALAR

Em casos comprovadamente necessários, conforme a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Amagis Saúde oferece aos usuários do plano a remoção inter-hospitalar.

O que é remoção terrestre inter-hospitalar?
Remoção terrestre do hospital de origem para o hospital de destino.

Como é feita a liberação?
A liberação do serviço depende da avaliação prévia da Amagis Saúde. O relatório médico com indicação clínica, informando o tipo de ambulância (unidade básica ou suporte avançado), deverá ser enviado para o setor de atendimento do plano, para subsidiar a análise da auditoria médica da Amagis Saúde.

O serviço é imediato?
Não. Os serviços de remoção terrestre credenciados à Amagis Saúde são pré-agendados.

Como proceder em casos de urgência e emergência?
Em uma situação de urgência e emergência, a Amagis Saúde orienta os usuários do plano a fazer contato com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), pelo número 192, ou qualquer outro serviço de remoção.

Há reembolso quando utilizo um serviço de remoção que não é credenciado à Amagis Saúde?
O plano garante reembolso das despesas com a remoção do associado, nos limites da tabela praticada pela Amagis Saúde, em caso de impossibilidade de remoção por outro meio, comprovado mediante apresentação de laudo médico, condicionado à avaliação prévia da auditoria médica.

Tire suas dúvidas pelos telefones: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de segunda às sextas-feiras, de 7h às 19h, e aos sábados, de 8h às 13h15.

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixôto
Diretor de Saúde
Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Maria Luiza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Tocantins estuda modelo da Amagis Saúde

Diretoria recebeu representantes do estado e falou sobre o plano

IZABELA MACHADO

Edison Feital, Maurício Soares, Saldanha Dias, Luzia Peixôto, Marina Shizuko e Leonardo Coelho

O trabalho realizado pela diretoria da Associação na Amagis Saúde continua chamando a atenção de membros de carreiras jurídicas de todo o País. No dia 4 de abril, foi a vez do diretor regional da Defensoria Pública do Estado de Tocantins, em Palmas, Leonardo Coelho, e do presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público de Tocantins, Saldanha Dias Valadares Neto, conhecerem o plano de saúde da Magistratura mineira.

Eles foram recebidos pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, pela vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, e pelo diretor de Saúde, desembargador Edison Feital Leite. A coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, também acompanhou a visita.

Após o encontro, Saldanha Dias destacou a robustez do plano, a estrutura organizacional e solidez financeira da Amagis Saúde. "Isso dá segurança para os associados, que têm a garantia de que serão sempre bem atendidos", afirmou.

Segundo Leonardo Coelho, a visita teve como objetivo conhecer melhor o funcionamento de um plano de autogestão e acabou revelando um trabalho realizado em nível de excelência.

No dia 14 de março, a diretoria da Amagis já havia recebido o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, juiz Flânio Antônio Campos Vieira, que também esteve na sede da Associação para conhecer o modelo de autogestão implementado na Amagis Saúde. Também em 2013, o então presidente da Associação de Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), juiz Gilmar Luiz Coelho, e o diretor Administrativo da Associação, Levine Raja Gabáglia Artiaga, estiveram na Amagis para conhecer a estrutura do plano.

APERFEIÇOAMENTO

Nos dias 16 e 17 de abril, a Amagis Saúde, representada por Marina Shizuko, participou do 9º Seminário da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, realizado em Brasília, com o objetivo de aprimorar os serviços prestados aos usuários do plano.

Durante o seminário, foram discutidos temas como as diretrizes de combate à obesidade, tendências da cancerologia e seus impactos na saúde suplementar, como minimizar o impacto do custo da saúde nas empresas, melhoria da qualidade assistencial com redução de custos e o papel estratégico da comunicação para o fortalecimento das autogestões. ■

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
UBERABA	Oftalmologia	Retina Center	Av. Nene Sabino, 640 - Olinda	(34) 3331-1177
	Fonoaudiologia	Andreia Regina de Morais Evelin	Rua Quinca Vaz, 69 - Nossa Senhora da Abadia	(34) 99814-9062
UBERLÂNDIA	Nutrição	Cristina Domingues Macedo Lima	Av. Nicomedes Alves dos Santo, 280 - Centro	(34) 3253-9623
	Urologia	Urovita - Dr. Sergio Antunes Padilha Junior	Rua Machado De Assis, 46 Sala 311 - Centro	(34) 3088-9552
	Psicologia	Espaço PSI.Q.	Rua Rivalino Pereira, 127 - Martins	(34) 3232-6604
	Cardiologia e Exames Cardiológicos	Abrão e Oliveira Clínica Médica	Av. Getúlio Vargas, 1666, Sala 02 - Daniel Fonseca	(34) 3236-5766

PLANO + SAÚDE! NOTA 10

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS Saúde

Vacinação contra a gripe beneficia associados

Baixa temperatura facilita a proliferação de doenças respiratórias

Com o início do outono, a temperatura começou a cair em todo o País, e a tendência é de um clima ainda mais frio quando o inverno chegar. É justamente em períodos nos quais os termômetros apresentam graus mais baixos que as doenças respiratórias, como a gripe, proliferam.

Para prevenir os usuários do plano contra essa infecção, especialmente a influenza, a Amagis Saúde promoveu, dos dias 8 a 11 deste mês, a vacinação contra a gripe. Apesar de ser difundido em todo o Brasil, o uso da vacina ainda gera muitas dúvidas. De acordo com a otorrinolaringologista Tarcimara Moreira da Silva, do Centro de Diagnóstico Otorrinolaringológico, credenciado ao plano, é um mito que a medicação causa gripe. A especialista afirmou ainda que a vacinação anual é importante e evita complicações mais sérias.

PEDRO VENTURA/AGÊNCIA BRASÍLIA

Vacina previne contra o vírus influenza

A médica esclareceu ainda que maior incidência de doenças como rinite alérgica, otite, sinusite, amigdalite, asma e pneumonia, deve-se ao fato de que o frio, associado à baixa umidade do ar, maior concentração de poluentes e um número maior de pessoas em ambiente fechados, facilita a circulação de vírus e bactérias.

Entre os sintomas mais comuns dessas doenças, segundo Tarcimara, estão a tosse, coriza, obstrução nasal, expectoração, chiado, dor de garganta, febre, mal-estar geral e falta de apetite.

Além da vacina, a médica apontou iniciativas como manter o ambiente limpo e ventilado, evitar grandes aglomerações e lugares fechados e pouco arejados, ingerir muito líquido e lavar as mãos com frequência, entre outras, como medidas preventivas simples e eficazes para o combate a doenças respiratórias.

Saiba mais sobre os benefícios oferecidos pela Amagis Saúde no site www.amagissaude.com.br.■

Integramagis homenageará mães

Congraçamento será realizado no dia 29 de maio, na Amagis

Em comemoração ao Dia das Mães, a Amagis e Amagis Saúde promoverão, no dia 29 de maio, às 19h, para magistrados, pensionistas e seus familiares, a palestra "Cuidando de si mesmo e dos relacionamentos", que será proferida pelo professor Júlio Machado.

Durante a conferência, o professor irá destacar que cuidar de si mesmo e dos relacionamentos é promover um autêntico resgate da qualidade de vida. De acordo com ele, esse processo implica na revisão de alguns esquemas mentais que estão na base de muitos conflitos, o aprendizado de algumas técnicas e a incorporação de hábitos e cuidados pessoais ajudam no bem-estar.

Consultor em desenvolvimento humano e qualidade de vida e relacionamento interpessoal há mais de 25 anos, Júlio Machado trabalhou como professor assistente da UFMG por 14 anos, e hoje atua como educador e contador de histórias, é autor de vários livros e realiza trabalhos voluntários, como no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, onde realiza reuniões mensais com grupos de detentas. ■

ANS Nº 41669-0